



## PEC Paralela da Previdência é concluída e vai para a Câmara

Plenário apreciou os destaques pendentes da votação em primeiro turno e fez a segunda votação da proposta, que permitirá a inclusão de estados e municípios nas novas regras

A PEC Paralela, que altera pontos da reforma do sistema previdenciário, foi aprovada ontem no Plenário do Senado. Um acordo permitiu que senadores analisassem na mesma sessão os destaques que estavam pendentes da votação em primeiro turno, no dia 6, e, em seguida, votassem a PEC em segundo turno. A proposta segue para análise da Câmara. Apenas um destaque foi aprovado: o que altera na nova Previdência regras de transição para o cálculo da aposentadoria.

A principal mudança da PEC é a possibilidade de inclusão de estados e municípios nas novas regras. 2



Jefferson Rudy/Agência Senado

O relator, Tasso Jereissati, Antonio Anastasia, ex-senador Flexa Ribeiro, Romário, Chico Rodrigues e Davi Alcolumbre, que comandou as votações no Plenário

### Com acordo, prisão em 2ª instância avança e pode ser votada hoje

A Comissão de Constituição e Justiça pode votar hoje projeto que autoriza a prisão de condenados em segunda instância. O anúncio foi feito ontem em Plenário pela presidente da comissão, Simone Tebet. A decisão resultou de entendimento entre os senadores para que fosse priorizada essa proposição, que tem a tramitação mais simples que a de uma mudança na Constituição.

Segundo Simone, o acordo incluiu a retirada de pauta da PEC de Oriovisto Guimarães. O relatório sobre o novo projeto, que altera o Código de Processo Penal, deve ser lido durante a reunião.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, afirmou que, como houve entendimento, colocará a proposta no Plenário quando o texto for aprovado pela comissão. 3



Marcos Oliveira/Agência Senado

Oriovisto Guimarães (C) e Lasier Martins conversam com Simone Tebet, presidente da CCJ

### Presidente do BC diz que leilão do pré-sal também provocou disparada do dólar

Em audiência na Comissão de Assuntos Econômicos, Roberto Campos Neto afirmou ontem que o resultado do leilão de novembro, abaixo do esperado, foi um dos fatores para a desvalorização do real. Na audiência promovida pela Comissão de Assuntos Econômicos, diversos senadores demonstraram preocupação com a moeda americana, que bateu R\$ 4,20 na segunda-feira, maior valor nominal (sem contar a inflação) da história. 5



Marcos Oliveira/Agência Senado

Roberto Campos Neto defendeu a autonomia do banco durante a audiência

### CPMI das Fake News adia depoimento de Joice Hasselmann

A comissão parlamentar mista de inquérito que investiga o uso de perfis falsos para influenciar os resultados das eleições de 2018 ouviu ontem especialistas sobre a questão, que pediram uma nova legislação. A CPI ouviria hoje a deputada Joice Hasselmann, mas ela pediu que o seu depoimento fosse adiado. 8

### Debatedores discordam sobre Petrobras no pré-sal

Participantes da audiência de ontem na Comissão de Infraestrutura divergiram sobre o fim do direito de preferência da Petrobras nos leilões do pré-sal. Os representantes do governo e da empresa apoiam a mudança, mas alguns senadores e os representantes dos petroleiros são contrários à proposta. 7

Vetos e créditos serão analisados pelo Congresso 2

Texto sobre previdência militar é lido no Plenário 3

Colegiado vota mudar rótulo de transgênico 6

Saldo de celular poderá ser acumulado 6

Direito trabalhista é alvo de ataque, conclui debate 4

# Congresso vota hoje cinco vetos e projetos de crédito

Entre os dispositivos vetados que podem ir à análise de senadores e deputados, estão a recriação da propaganda político-partidária gratuita em rádio e TV e a anistia a multas da Justiça Eleitoral

O CONGRESSO SE reúne hoje para analisar cinco vetos do presidente da República, Jair Bolsonaro, a propostas aprovadas pelo Legislativo, além de projetos que abrem crédito para órgãos públicos.

Dos cinco vetos na pauta, quatro são totais. O primeiro deles é parcial ao PLS 466/2013. Aprovado pela Câmara em setembro, o texto previa a emissão eletrônica da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS). De acordo com o Executivo, a medida “contraria o interesse público” e a Lei 13.874, de 2019. A norma sancionada em setembro autoriza a CTPS eletrônica “somente quando houver alguma justificativa”.

O Congresso pode analisar ainda o veto que rejeita integralmente o PLS 231/2012. O texto reservava pelo menos 30% dos recursos do Programa de Fomento à Pesquisa da Saúde para o desenvolvimento de medicamentos, vacinas e terapias para doenças raras ou negligenciadas pela indústria farmacêutica.

Outro item na pauta é o veto integral ao PLC 60/2007, que garantia atendimento de alunos das escolas públi-

cas de educação básica por profissionais de psicologia e serviço social. Para o Executivo, a proposta cria despesas obrigatórias sem que se tenha indicado a respectiva fonte de custeio.

## Violência

Em outro veto integral, foi tornado sem efeito o PLC 61/2017. O texto obrigava profissionais de saúde a registrar no prontuário médico e comunicar à polícia indícios de violência contra a mulher.

Pode ser analisado ainda o veto que barrou alguns pontos do PL 5.029/2019. O texto foi sancionado em setembro como a Lei 13.877, de 2019. Mas Jair Bolsonaro vetou um dispositivo que permitiria a

correção anual dos recursos destinados ao Fundo Especial de Financiamento de Campanha. Com isso, o valor do fundo para o próximo ano deve ser definido no Orçamento Geral da União.

Também foi vetada a recriação da propaganda político-partidária gratuita em rádio e TV e a utilização de recursos do Fundo Partidário para o pagamento de juros, multas, débitos eleitorais e outras punições aplicadas por infração à legislação eleitoral ou partidária.

O Executivo rejeitou ainda dispositivos que anistiavam multas aplicadas pela Justiça Eleitoral e um trecho que possibilitava gastos ilimitados com passagens aéreas.



Dos cinco vetos que serão analisados pelo Congresso, quatro são totais



Requerente da sessão, Jorginho Mello citou o Simples Trabalhista

## Sessão do Congresso celebra semana do empreendedorismo

O Congresso Nacional se reuniu ontem em sessão solene para comemorar a Semana Global do Empreendedorismo, que está ocorrendo entre os dias 18 e 24 de novembro. Durante o evento, foi consenso entre os participantes a importância de se valorizar o micro e o pequeno empreendedores.

Jorginho Mello (PL-SC),

requerente da sessão e presidente da Frente Parlamentar da Micro e Pequena Empresa, informou que o Simples Trabalhista (PL 2.234/2019) para o setor já está tramitando na Casa.

— Já está na comissão especial para que possamos aprová-lo e, assim, resolver o problema da proporcionalidade das multas.

## Jorge Kajuru passa mal e recebe atendimento em Plenário

A assessoria do senador Jorge Kajuru (Cidadania-GO) informou que o parlamentar foi encaminhado na noite de ontem para o Hospital Sírio-Libanês, onde deve fazer exame de tomografia.

Kajuru teve uma convulsão durante a sessão deliberativa e foi socorrido em Plenário pelo senador Otto Alencar (PSD-BA), que é médico, e

pela equipe médica do Senado. Em seguida, Kajuru fez um eletrocardiograma e apresentou melhora. Ele tem diabetes e havia se queixado de mal-estar durante o dia.

— Vimos que ele não estava com nenhum sofrimento cerebral — disse Otto, acrescentando que a recuperação foi rápida e que a convulsão não deixará sequelas.

## Federal do Amazonas é homenageada pelos 110 anos

O Plenário do Senado homenageou ontem os 110 anos da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), criada em janeiro de 1909.

Autor do requerimento, Eduardo Braga (MDB-AM) destacou que os campi de Manaus, Benjamin Constant,

Coari, Humaitá, Itacoatiara e Parintins são “espaços de aprendizado em seu mais amplo significado, das técnicas mais básicas até as mais sofisticadas na busca de conciliar a floresta e o desenvolvimento socioeconômico”.

O reitor da Ufam, Sylvio

Puga, ressaltou que a universidade tem tido sucesso no ensino tradicional, assim como nas licenciaturas voltadas para a comunidade indígena e na educação a distância.

O deputado Marcelo Ramos (PL-AM) ressaltou que, embora políticas de incentivo fiscal — como a da Zona Franca — sejam fundamentais hoje, o futuro do Amazonas está na universidade, no desenvolvimento de bioindústria, fitoterápicos, dermocosméticos e da indústria de tecnologia de software e de biotecnologia.

— Toda solução para desemprego e desigualdade deve passar pelo fortalecimento da universidade.



Eduardo Braga, que pediu a sessão, destacou o papel da universidade

## Violência estrutural contra a mulher será debatida

A violência estrutural sofrida pelas mulheres será tema de debate hoje, em audiência na Comissão Mista de Combate à Violência Contra a Mulher (CMCVM).

Devem participar do debate a deputada Talíria Petrone (Psol-RJ), coordenadora da Frente Parlamentar Feminista e Antirracista; as professoras

Milena Fernandes Barroso, da Universidade Federal do Amazonas, e Maria Elaene Alves e Priscilla Maia de Andrade, da Universidade de Brasília, e a coordenadora-executiva da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, Sônia Guajajara. A comissão é presidida pela senadora Zenaide Maia (Pros-RN).

Na opinião da autora do pedido de audiência, deputada Luizianne Lins (PT-CE), o debate é necessário para aprofundar a discussão sobre a violência contra as mulheres e compreender as complexidades dessa situação, que tem base sólida e profunda e está associada ao patriarcado, racismo e capitalismo.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/atividadeLegislativa>



- CDR Desenvolvimento regional**  
9h Audiência para avaliar os centros de desenvolvimento regional.
- CAS Internação domiciliar**  
9h30 Entre 32 itens, o PL 2.708/2019, que prevê oferta obrigatória de internação domiciliar por planos de saúde.
- CCJ Prisão em segunda instância**  
10h O PLS 166/2018, que disciplina a prisão após a condenação em segunda instância, é um dos 34 itens.
- CCT Energia limpa**  
10h Debate sobre produção de energia limpa.
- CMCVM Violência estrutural**  
10h Audiência para discutir violência estrutural sofrida pelas mulheres.
- SESSÃO ESPECIAL Nova frente**  
10h Lançamento da Frente Parlamentar de Transparência dos Gastos Públicos.
- CAS Fenilcetonúria**  
11h Debate sobre a fenilcetonúria.
- CMO Abertura de créditos**  
11h Na pauta de 14 itens, projetos de abertura de crédito para diversos órgãos. Às 14h, debate com o presidente do Banco Central.
- CRA Poços artesanais**  
11h Entre 10 itens, o PLC 111/2015, sobre compra de máquinas de poços artesanais.
- CONGRESSO Vetos**  
14h Sessão conjunta destinada à análise de vetos e de projetos de suplementação de verbas.
- CMA Prevenção de enchentes**  
14h30 O PLC 16/2016, que institui medidas contra enchentes e deslizamentos, é um dos 12 itens.
- CMMC Regulação do Acordo de Paris**  
14h30 Audiência sobre as propostas brasileiras para regular o Acordo de Paris.
- MP 897/2019 Fundo de Aval Fraternal**  
14h30 Audiência pública. Representantes dos Ministérios da Economia e da Agricultura estão entre os convidados.
- MP 901/2019 Terras para RO e AP**  
14h30 Instalação e eleição.
- CSE Preservação ambiental**  
15h Audiência para debater tecnologia aplicada à preservação ambiental.
- CRE Parlamentares da Dinamarca**  
16h Recepção de delegação dinamarquesa para discutir acordo UE-Mercosul.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

### SESSÃO ON-LINE

- Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/integraPlenario>
- Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/integraComissoes>

# PEC Paralela da Previdência vai à Câmara

Plenário aprovou transição para o cálculo da aposentadoria, definindo média de 80% entre os maiores salários, que subiria a 90% em 2022 e a 100% a partir de 2025

O PLENÁRIO DO Senado concluiu ontem a análise da PEC Paralela da Previdência, que altera pontos da Reforma da Previdência (Emenda Constitucional 103, de 2019). Foram 53 votos a favor e 7 contrários na votação em segundo turno. A PEC 133/2019 segue agora para análise da Câmara dos Deputados.

A principal mudança é a possibilidade de inclusão de estados e municípios no novo sistema de aposentadorias. O texto também prevê regras diferentes para servidores da área de segurança pública. A aprovação foi comemorada pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre, que agradeceu aos senadores, em especial ao relator, Tasso Jereissati (PSDB-CE), à presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Simone Tebet (MDB-MS), e ao líder do governo Bolsonaro, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE).

— Eu tenho certeza que os senadores entregam para a Câmara dos Deputados uma resposta do Senado ao equilíbrio fiscal da União, estados e municípios — disse Davi.

Os senadores concluíram a apreciação dos destaques pendentes na votação em primeiro turno, em 6 de novembro, e fizeram a votação em segundo turno.

Apenas um destaque foi aprovado, após acordo com o líder do governo, com 54 votos favoráveis e nenhum contrário: o da Rede Sustentabilidade, que inclui na nova Previdência regras de transição para o cálculo da



Bezerra, Davi e Plínio durante a aprovação das mudanças na Previdência



Kátia Abreu e Paim debatem com o relator, Tasso, observados por Zenaide

aposentadoria. A mudança vale para os trabalhadores da iniciativa privada, os servidores públicos e os militares.

O destaque prevê cinco anos de transição em vez dos dez anos da emenda original destacada, apresentada por Flávio Arns (Rede-PR). O objetivo é atenuar as perdas da alteração no cálculo da média salarial.

A nova Previdência não prevê regra de transição e define que o cálculo será feito por meio de média aritmética entre os salários de contribuição “atualizados monetariamente, correspondentes a 100% (cem por cento) do período contributivo desde a competência julho de 1994 ou desde o início da contribuição, se posterior”.

## Cálculo

O novo texto aprovado restabelece a média de 80% entre os maiores salários, que subiria para 90% em 2022 e para 100% a partir de 2025.

O acordo acarretou a retirada do último destaque, apresentado pelo PSDB, que garantiria o abono de per-

manência para os servidores públicos que já tinham esse direito incorporado antes da Emenda Constitucional 103.

A retirada foi negociada entre o líder do governo e o do PSDB, Roberto Rocha (PSDB-MA), que pediu ao governo que garanta o direito adquirido em relação ao abono.

## Rejeitados

Por 41 a 29 foi rejeitado o destaque da bancada do PT que visava garantir benefício integral na aposentadoria por invalidez. O destaque era referente a emenda de Jaques Wagner (PT-BA) e alteraria o texto-base, que só permite a aposentadoria integral pela média das contribuições se a incapacidade gerar deficiência ou for decorrente de doença neurodegenerativa. Já a Emenda Constitucional 103 garante o valor integral apenas em caso de acidente de trabalho ou doença profissional.

Para Paulo Paim (PT-RS), esse é o ponto mais cruel da chamada nova Previdência, por atingir o cidadão em um

momento crítico de sua vida.

— É justo isso? É inadmissível que essa Casa não seja sensível a isso — lamentou.

Fernando Bezerra Coelho afirmou que, na grande maioria dos países, a aposentadoria por incapacidade permanente não é integral. Ele frisou que a mudança poderia diminuir em R\$ 83 bilhões a economia prevista pelo governo.

Fabiano Contarato (Rede-ES) disse que o Senado estava retirando direitos dos pobres, das pessoas que têm os menores rendimentos.

O Plenário também rejeitou, por 48 votos a 18, o destaque da bancada do Pros, que retiraria da reforma a idade mínima para a aposentadoria especial decorrente de atividades com efetiva exposição a agentes nocivos à saúde. O destaque se referia a emenda de Humberto Costa (PT-PE) não acatada por Tasso Jereissati.

Zenaide Maia (Pros-RN) disse que isso afetará os trabalhadores que exercem atividades prejudiciais à saúde.

— É mais uma crueldade dessa reforma da Previdência, na PEC Paralela.

Já Bezerra respondeu que o maior ganho da reforma da Previdência foi estabelecer a idade mínima para todas as aposentadorias.

— A exigência de idade mínima não implica que o trabalhador deva ficar exposto às mesmas condições após o término da contribuição mínima necessária para cada atividade. O que se busca é o investimento em ambientes mais saudáveis, de forma que o trabalhador não tenha a sua saúde afetada. Não havendo tecnologias que previnam, amenizem ou eliminem os riscos, esse trabalhador, após alcançar o tempo exigido em cada atividade, deve ser readaptado para o trabalho em outra atividade, em outro setor ou até mesmo em outra empresa. O que não se pode admitir é a Previdência Social arcar com o ônus das aposentadorias precoces, causadas pela incapacidade ou negligência das empresas.

## Davi Alcolumbre dá início à tramitação da proposta para aposentadoria de militares

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, leu ontem em Plenário o projeto do Poder Executivo que reestrutura a carreira e o sistema de proteção social dos militares das Forças Armadas, polícias militares e bombeiros militares dos estados e Distrito Federal.

O PL 1.645/2019, a ser encaminhado para análise da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), é o texto aprovado por uma comissão especial da Câmara que teve como relator o deputado Vinícius Carvalho (Republicanos-SP).

Para passar à inatividade, o texto determina que o tempo mínimo de serviço subirá dos atuais 30 para 35 anos, com pelo menos 25 anos de atividade militar para homens e mulheres. A remuneração será igual ao último salário (integralidade), com os mesmos reajustes dos ativos (paridade).

Já as contribuições referentes às pensões para cônjuge ou filhos aumentarão dos atuais 7,5% da remuneração

bruta para 9,5% em 2020 e 10,5% em 2021. Pensionistas e alunos atualmente isentos passarão a pagar essa contribuição, que incidirá ainda em casos especiais.

As regras para as Forças Armadas foram estendidas aos PMs e bombeiros, categorias incorporadas ao texto a pedido de integrantes da comissão especial. Os militares estaduais também asseguraram a integralidade e a paridade, vantagem que já havia deixado de existir em alguns estados, como o Espírito Santo.

Mais cedo, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara aprovou a redação final e o projeto foi imediatamente remetido ao Senado.

O Ministério da Economia estima, como saldo líquido, que a União deixará de gastar R\$ 10,45 bilhões em dez anos. Já a reforma da Previdência dos demais trabalhadores, já promulgada, dará ao governo uma economia de mais de R\$ 800 bilhões nesse período.

Com Agência Câmara

## Comissão deve votar hoje projeto sobre prisão em segunda instância

Pode ser votado hoje pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) projeto a ser apresentado para autorizar a prisão após condenação em segunda instância. O anúncio foi feito pela presidente da comissão, Simone Tebet, em Plenário. A decisão veio após acordo para que fosse priorizado esse projeto, que tem a tramitação mais simples que a de uma proposta de emenda à Constituição.

Segundo ela, o acordo inclui a retirada de pauta da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 5/2019, de Oriovisto Guimarães (Podemos-PR). O relatório sobre o novo projeto, que altera o Código de Processo Penal, deve ser proferido durante a reunião.

— Estamos aqui com a sensação de dever cumprido e comunicamos à Casa que amanhã colocaremos em votação o relatório da senadora Juíza Selma [Podemos-MT] que trata da prisão em segunda instância — informou.

A votação do projeto na CCJ é uma resposta à decisão do Supremo Tri-

bunal Federal (STF) que, por 6 votos a 5, decidiu que a pena de prisão só pode ser executada após o trânsito em julgado da sentença. Para Simone, as mudanças trazem instabilidade ao país, e é responsabilidade do Congresso se posicionar sobre o tema.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, disse que colocará a proposta na pauta do Plenário quando o texto for aprovado pela CCJ.

— Como teve consenso com os senadores, vou botar pra votar.

Humberto Costa (PT-PE) disse que o projeto deveria ser objeto de uma análise mais aprofundada.

Para Alessandro Vieira (Cidadania-SE), não existe conflito com a decisão do Supremo, e sim o preenchimento de uma lacuna apontada pelos ministros.

Roberto Rocha (PSDB-MA) definiu como uma resposta à sociedade.

A decisão de votar foi louvada por Oriovisto Guimarães e Alvaro Dias (Podemos-PR), para quem a solução é inteligente e pragmática.

# Direitos estão sendo atacados, dizem juízes e procuradores do Trabalho

Em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos, os servidores criticaram as recentes mudanças na legislação trabalhista do país

REPRESENTANTES DA JUSTIÇA e do Ministério Público do Trabalho disseram que os direitos dos trabalhadores estão sendo atacados em nome dos interesses do mercado. Eles falaram ontem numa audiência da Comissão de Direitos Humanos (CDH) sobre a importância da Justiça trabalhista para o desenvolvimento do Brasil.

Para o representante do Ministério Público do Trabalho, Márcio Amazonas Cabral de Andrade, o desenvolvimento econômico não pode ser promovido em detrimento do desenvolvimento social. Ele afirmou que a crise no Chile, país que por muito tempo foi exemplo, é bem ilustrativa disso.

Andrade disse ainda que a função de legislar cabe ao Congresso e que não se deve tratar de direitos trabalhistas por meio de medida provisória, como acontece com a MP

905/2019, recém-enviada ao Congresso. Ele defendeu o Ministério Público do Trabalho:

— O Ministério Público não tem lado, não tem partido, não tem preferências políticas, não tem raça, não tem gênero, não tem cor, não tem credo. O Ministério Público é suprapartidário, é uma instituição da República responsável pela proteção da sociedade e indispensável à

Justiça do Trabalho.

A presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, Noemia Aparecida Garcia Porto, ponderou que a ordem econômica pressiona cada vez mais por formas de contração do trabalho sem a devida valorização do trabalhador.

— A Justiça do Trabalho é uma garantia dos direitos fundamentais. Ela atua para

que esses direitos humanos sejam realizados para a totalidade da população. A Justiça do Trabalho é a Justiça mais informatizada do país, praticamente 100% dos processos são eletrônicos, a Justiça que mais concilia, a Justiça de tramitação mais célere, a Justiça que está praticamente em todo o território nacional.

Segundo o presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Ângelo Fabiano Farias da Costa, o direito do trabalho vem sendo atacado como um direito inferior.

Presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS) concordou:

— Essas mudanças radicais que estão fazendo na CLT, primeiro com a reforma Temer e depois com a tal de reforma verde e amarela, tiram instrumentos da Justiça do Trabalho, daqueles que atuam na área do direito para defender os que mais precisam.



O procurador Márcio Andrade e a juíza Noemia Porto na audiência

## Collor alerta para colapso institucional

Fernando Collor (Pros-AL) afirmou ontem em Plenário, que a situação atual exige de todos, independentemente de filiação partidária, a união de esforços para evitar que o Brasil entre num colapso institucional.

O alerta foi feito durante análise que fez da história recente do país.

— Posso afirmar, com a experiência que tive na Presidência da República, que um dos maiores defeitos nos quais aqueles que presidem o país podem incorrer é não ouvir. É fazer ouvidos de mercador àqueles que clamam no deserto.



Jefferson Rudy/Agência Senado

## Paulo Paim critica medida provisória trabalhista

Em discurso ontem em Plenário, Paulo Paim (PT-RS) criticou o texto da MP 905/2019, que altera a legislação trabalhista. Segundo ele, a medida do Executivo usurpa direitos dos trabalhadores, já que modifica 135 tópicos constitucionais.

— Ela é mais forte que a própria reforma trabalhista, que mexeu em 117 artigos.

O senador disse que a MP é injusta com a classe trabalhadora, já que o pacote econômico formulado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, planeja, “além de outras maldades”, cobrar do seguro-desemprego uma contribuição previdenciária de 7,5% do benefício.

## Agenda social para redução da pobreza é lançada na Câmara

A Câmara dos Deputados lançou ontem a Agenda de Desenvolvimento Social, uma ação dos parlamentares para a redução da pobreza e da desigualdade. A agenda é baseada em cinco pilares: garantia de renda, inclusão produtiva (educação profissional), rede de proteção ao trabalhador, água e saneamento, incenti-

vos e lei de responsabilidade social. O senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE) ressaltou a necessidade de cooperação entre as duas Casas.

— O Brasil tem pressa, os nossos problemas são imensos e uma agenda social é necessária, é indispensável, e hoje essa lacuna é cumprida.

O Programa Bolsa Família

faz parte dessa ação, explicou a deputada Tabata Amaral (PDT-SP), coordenadora do grupo de parlamentares.

— O Bolsa Família vai para a Constituição, tem que ser uma política de Estado. E a gente também está criando um benefício da primeira infância.

A ação tem o apoio do presidente da Câmara, Rodrigo

Maia:

— O Brasil é um país concentrador de renda. O objetivo é ter um país com igualdade de oportunidades, apresentando os projetos com o apoio dos líderes dos partidos, criando comissões especiais dos mais importantes, para que a gente possa aprofundar o debate — afirmou Maia.

## Cobrança de IR sobre lucros e dividendos pronta para votação

Está na pauta de votação da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) projeto que restabelece a cobrança do Imposto de Renda sobre lucros e dividendos pagos por empresas aos seus sócios e acionistas pessoa física (PL 3.061/2019). De Flávio Arns (Rede-PR), o texto define alíquota de 15%. No caso de

o beneficiário morar em país com tributação favorecida — os chamados paraísos fiscais —, os lucros ou dividendos terão alíquota de 25%.

Flávio Arns lembra que a isenção total do imposto sobre lucros e dividendos foi instituída em 1995 e destaca que a prática é bastante incomum no cenário internacional,

onde os países adotam costumam tributar o lucro tanto da pessoa jurídica quanto da pessoa física.

O relator, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), é favorável à proposta. O senador registra que, além de favorecer a isonomia de tributação com os salários, o projeto aumenta a arrecadação,

melhorando o Orçamento.

Randolfe apresentou duas emendas: a possibilidade de recolher o tributo sobre o lucro capitalizado na venda da participação societária e dispositivo que visa evitar a elisão fiscal por meio da distribuição disfarçada de lucros mediante o resgate de quotas ou ações.

## Colegiado congratula seleção sub-17 pelo tetra mundial

O presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), Dário Berger (MDB-SC), parabenizou ontem a Seleção Brasileira de Futebol Sub-17 pelo título mundial da categoria. A conquista foi obtida no domingo, após vitória por 2 a 1 contra o México, no Gama (DF).

O senador ainda elogiou a Federação Paulista de Fute-

bol (FPF) por ter encampado uma campanha a favor do maior nivelamento salarial entre atletas do futebol masculino e feminino.

A ação foi tomada na final do Campeonato Paulista de Futebol Feminino, realizada sábado, na Arena Corinthians, ocasião em que a equipe da casa goleou o São Paulo por 3 a 0 e se sagrou campeã.

## Lucas Barreto diz que notícia sobre família Alcolumbre é falsa

Lucas Barreto (PSD-AP) criticou ontem em Plenário matéria desta semana do site The Intercept, que vincula o patrimônio da família Alcolumbre à grilagem de terras no Amapá. Na opinião dele, a matéria é mentirosa e visa atacar a imagem de uma família de pioneiros e atingir o presidente do Senado, Davi Alcolumbre.

— Eu estou aqui hoje para

me solidarizar com todos os amigos e, em especial, com o senador Davi Alcolumbre, a quem a matéria, de fato, desejava atingir, mas não conseguiu.

Ele afirmou que a liberdade de imprensa no Brasil garante aos veículos de comunicação o direito de informar e também o dever de não alterar os fatos, construindo narrativas como lhes convém.

## Major Olimpio defende uso de dados do Coaf

A pauta do Supremo Tribunal Federal foi o tema do discurso em Plenário de Major Olimpio ontem. Ele disse estar preocupado com a votação, pelo tribunal, do recurso que pede a suspensão dos processos judiciais em que houve compartilhamento de dados pelos órgãos de fiscalização e controle — Coaf, cujo nome foi alterado para Unidade de Inteligência Fiscal, Receita Federal e Ministério Público — sem ordem judicial.

— Todos os criminosos brasileiros, principalmente, os grandes corruptos, as quadrilhas organizadas, as facções criminosas fiquem alertas — ironizou.

# Pré-sal contribuiu para alta do dólar, diz Campos Neto

Em audiência na Comissão de Assuntos Econômicos, presidente do Banco Central afirmou que resultado do leilão de novembro, abaixo do esperado, foi um dos fatores para a desvalorização do real

O PRESIDENTE DO Banco Central, Roberto Campos Neto, informou à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) que está monitorando o movimento de alta do dólar. Em audiência ontem, senadores demonstraram preocupação com a disparada da moeda americana, que bateu R\$ 4,20 na segunda-feira, maior valor nominal (sem contar a inflação) da história.

Para Campos Neto, além de questões externas relacionadas à economia global, o dólar registrou valorização também por conta do leilão do pré-sal no início de novembro, quando se esperava entrada maior de capital estrangeiro. Realizado no dia 6, o leilão arrecadou cerca de R\$ 70 bilhões, valor abaixo do que era esperado pelo governo.

— O dólar teve um último movimento recente que foi a cessão onerosa, quando agentes do mercado esperavam entrada de recursos maior do que a ocorrida. E muitos agentes se posicionaram para capturar esse dólar caindo. Como a entrada não veio na mesma magnitude, tem-se

agora uma volta. Isso é parte da explicação; parte é global. Além disso, tem muito exportador e importador segurando também, de forma que recursos estão ficando mais lá fora. São várias explicações.

## Autonomia

O economista defendeu autonomia do BC, argumentando que a inflação é menor nos países que têm bancos centrais independentes. Campos Neto lembrou o caso da Argentina, onde, segundo ele, houve a percepção de que a autoridade monetária havia perdido a liberdade de ação, o que resultou na imediata escalada de preços.

No Senado, uma proposta que dá mais independência ao banco (Projeto de Lei Complementar 19/2019), já aprovada pela CAE, está para ser incluída na pauta do Plenário, com requerimento de urgência.

Os senadores foram unânimes em cobrar do BC iniciativas para combater as elevadas tarifas bancárias e as altas taxas de juros cobradas no cheque especial e no

cartão de crédito. Em relação às tarifas bancárias, o economista avaliou que o principal problema do Brasil não é nem o custo, mas a complexidade tarifária. Ele informou que o BC estuda formas de mudar e simplificar o sistema num futuro próximo.

Campos Neto também confirmou aos senadores que pretende pôr em funcionamento, no fim de 2020, uma rede de pagamentos instantâneos no país, funcionando 24 horas por dia durante o ano todo.

Segundo ele, será uma revolução tecnológica que vai dar mais segurança e baixar o custo para pessoas e empresas, além de gerar inclusão financeira, competição e eficiência.

## Transferências

Conforme o presidente do BC, as atuais formas de transferência bancária, como TED e DOC, que têm restrições de horário e custos elevados, serão substituídas por operações instantâneas, simplificadas e feitas em alguns segundos.

Sem dar maiores detalhes, o economista confirmou ainda que o Banco Central trabalha num projeto para redesenhar o cheque especial, considerado por ele um produto regressivo, visto que castiga mais quem tem menor renda e menor nível de educação financeira.

A audiência pública atendeu o Regimento Interno do Senado, que determina a realização de encontros regulares com o presidente do BC.



O presidente da comissão, Marcelo Castro (C), comandou a reunião

## Comissão aprova transferência de dinheiro do leilão do pré-sal

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou ontem proposta do governo que permite a transferência de R\$ 5,7 bilhões da União para estados, Distrito Federal e municípios (PLN 50/2019). Os recursos provêm do recente leilão do pré-sal.

Serão R\$ 60 milhões para a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano do Ministério do Desenvolvimento Regional e R\$ 15 milhões para obras no trecho da BR-343 entre Teresina e Parnaíba (PI).

O relator, Luiz do Carmo (MDB-GO), é pela aprovação do texto sem mudanças.

— Espero que neste ano ainda os prefeitos e os governadores recebam esse dinheiro.

O leilão do pré-sal arrecadou R\$ 69,96 bilhões, dos quais R\$ 23,69 bilhões ficarão com a União. Outros R\$ 11,67 bilhões irão para os estados, com destaque para o Rio de Janeiro, em cujas águas estão os campos leiloados, e municípios.

O PLN 50/2019 permite parte desse rateio por crédito especial, já que a transferência não estava prevista no Orçamento.

Em consórcio com duas empresas chinesas, apenas a Petrobras participou do leilão, adquirindo dois campos — das 14 companhias habilitadas, só 7 compareceram. Como a Petrobras havia assumido a área em 2010 por meio de cessão onerosa, o Tesouro

Nacional agora devolverá R\$ 34,60 bilhões à estatal.

A aprovação foi possível graças a acordo feito ontem entre líderes partidários. Em vez das 12 propostas previstas, que serão analisadas em reunião da CMO marcada para hoje, foram analisadas outras três, cujos relatórios haviam sido entregues pela manhã.

Assim, além da transferência de dinheiro do pré-sal, os parlamentares aprovaram duas propostas de créditos suplementares. Nesses dois casos, explicou o Poder Executivo, os recursos vêm principalmente do remanejamento ou do cancelamento de outras despesas.

## Créditos

O PLN 48/2019 destina R\$ 3,8 bilhões principalmente aos Ministérios da Saúde (35% do total), do Desenvolvimento Regional (26%) e da Educação (21%). O texto foi aprovado na forma do substitutivo apresentado pelo relator, deputado Carlos Henrique Gaguim (DEM-TO). Ele aproveitou 8 das 58 emendas apresentadas.

Já o PLN 42/2019 destina mais de R\$ 2,1 bilhões em especial aos Ministérios da Cidadania (36% do total), da Saúde (33%) e da Infraestrutura (21%). O texto foi aprovado na forma de substitutivo do relator, deputado Vicentinho Junior (PL-TO). Ele aproveitou 5 das 16 emendas apresentadas.

Da Agência Câmara



Roberto Campos Neto e o presidente da comissão, senador Omar Aziz

## Colegiado vai analisar Marco da Segurança Privada

A Comissão de Fiscalização e Controle (CTFC) deve fazer uma audiência ainda nesta semana para discutir o substitutivo da Câmara que institui o Estatuto da Segurança Privada e da Segurança das Instituições Financeiras (SCD 6/2016). Aprovado ontem, o requerimento foi apresentado pelos senadores Izalci Lucas (PSDB-DF) e Major Olímpio (PSL-SP).

Entre os convidados para o debate, estão especialistas em economia e segurança pública. A intenção dos senadores é instruir a elaboração do relatório, que está sob responsabilidade do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP). O entendimento é para que a audiência seja feita amanhã e, logo em seguida, o texto seja aprovado

na comissão e enviado ao Plenário, com requerimento de urgência para a votação. Segundo Major Olímpio, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, também se comprometeu em acelerar a avaliação técnica do governo para sanção ou eventuais vetos à proposição que será votada

pelo Congresso Nacional.

A proposta disciplina a necessidade de autorização prévia para o funcionamento de empresas e a fiscalização, pela Polícia Federal, dos serviços de segurança privada e do plano de segurança em dependências de instituições financeiras.



Major Olímpio disse que governo se comprometeu a acelerar avaliação

## Senado lança frente visando à transparência de gastos públicos

O Senado lançará a Frente Parlamentar para a Transparência dos Gastos Públicos, em sessão especial hoje no Plenário, às 10h.

A frente será criada para debater a transparência dos gastos públicos e a cultura do monitoramento dessas despesas nas três esferas da Federação (União, estados e municípios). O colegiado também deverá produzir legislação para assegurar

a transparência dos gastos públicos e fomentar a celebração de acordos para a melhoria da publicidade e do acesso a informação sobre os dispêndios.

Soraya Thronicke (PSL-MS) foi escolhida para presidir o colegiado, que terá como vice-presidente Arolde de Oliveira (PSD-RJ). A frente parlamentar foi instalada no dia 23 de outubro e é composta por 20 senadores.

# Saldos de plano telefônico poderão valer após franquia

A Comissão de Fiscalização e Controle aprovou ontem proposta que permite usar os pontos remanescentes dos serviços de telecomunicações contratados mesmo após fechada a fatura mensal

A COMISSÃO DE Fiscalização e Controle (CTFC) aprovou ontem um projeto de lei que dá aos usuários de serviços de telecomunicações o direito de acumular o saldo não utilizado da franquia associada ao plano de serviço contratado. De autoria do senador Telmário Mota (Pros-RR), o PLS 431/2018 recebeu voto favorável, com emenda, do relator, senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP).

A proposta insere essa novidade na Lei 9.472, de 1997.

Telmário justifica que o consumidor paga por certa quantidade de minutos de ligações telefônicas, de tráfego na internet e de mensagens de texto, mas caso não utilize integralmente as quantidades contratadas dentro do mês de faturamento, perde o direito de utilizar os eventuais saldos no futuro.

Randolfe concordou com a medida. O relator destacou que um dos objetivos da Política Nacional de Relações de Consumo (instituída

pelo Código de Defesa do Consumidor) é a proteção dos interesses econômicos dos consumidores, assim como a proteção contra práticas e cláusulas abusivas ou impostas no fornecimento de produtos e serviços. Ele retirou da emenda do projeto a transcrição da lei que está sendo alterada, por achar desnecessário.

O PLS 431/2018 seguiu para a Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), a qual caberá a decisão final.

## Comissão rejeita mudanças nos rótulos de transgênicos

A Comissão de Fiscalização e Controle (CTFC) rejeitou ontem um projeto de lei que retira dos rótulos de alimentos o triângulo amarelo com a letra T, indicativo da presença de componentes geneticamente modificados. O texto restringe a necessidade desse alerta aos produtos em que a substância transgênica supere 1% da composição. Nesse caso, o projeto determina que o símbolo atual deve ser substituído pelos dizeres “contém transgênico”. O parecer pela rejeição da proposta (PLC 34/2015) foi elaborado por Randolfe Rodrigues (Rede-

-AP) e agora será analisado em Plenário.

De autoria do ex-deputado e hoje senador Luis Carlos Heinze (PP-RS), a proposição já foi examinada em quatro colegiados. Nas Comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e de Meio Ambiente (CMA), o texto recebeu parecer pela aprovação. Nas Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e de Assuntos Sociais (CAS), no entanto, o parecer foi pela rejeição. Seguindo o mesmo entendimento, Randolfe alegou injuridicidade da proposta.

## Colegiado discutirá principais demandas dos consumidores

A Comissão de Fiscalização e Controle (CTFC) vai discutir o novo marco legal dos planos de saúde, o superendividamento do consumidor, as novas tecnologias e a economia do compartilhamento. O requerimento para a audiência pública, apresentado pelo presidente do colegiado, Rodrigo Cunha (PSDB-AL), foi aprovado ontem.

O senador considera im-

portante trazer ao Parlamento a discussão sobre os assuntos que mais têm sido demandados pela população aos órgãos de defesa do consumidor e ao Poder Judiciário. Entre os convidados, estarão representantes do Ministério da Saúde, do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor e da Uber, além de especialistas em economia. A audiência ainda não foi agendada.



Ao lado de Izalci Lucas, o relator, Randolfe, diz que os interesses dos consumidores precisam ser protegidos

## Projetos que restringem propaganda de bebida alcoólica devem ser votados hoje

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) tem reunião deliberativa hoje às 9h30 e deve analisar uma pauta com 27 projetos de lei e 5 requerimentos.

Os três primeiros itens buscam restringir o consumo excessivo de álcool, cigarros e medicamentos. O relator dos textos, Styvenson Valentim (Podemos-RN), defende a aprovação do PLC 83/2015, por ser o mais antigo, incorporando sugestões do PLS 443/2015, de Randolfe Rodrigues (Rede-AP), e do PLS 323/2015, do ex-senador Donizeti Nogueira.

Outra proposta na pauta da CAS é o PL 2.708/2019, do senador Romário (Podemos-RJ), que obriga os planos e seguros privados de saúde a cobrir as

despesas dos clientes com internação domiciliar pós-hospitalar. O relator, Flávio Arns (Rede-PR), é favorável ao texto.

A CAS pode votar ainda o PLS 50/2017, de Paulo Paim (PT-RS), que regulamenta as profissões de transcritor e de revisor de textos em braile, o sistema especial de leitura para pessoas cegas. O relator, Nelsinho Trad (PSD-MS), defende a aprovação com uma emenda. O texto original exigia três anos de experiência e aprovação em prova oficial para os profissionais não certificados até a sanção da lei. Nelsinho aboliu a exigência da prova. Se aprovado, o projeto pode ir à Câmara.

## Davi Alcolumbre recebe diretora de instituição de desenvolvimento cerebral

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, recebeu ontem a diretora do Institutes for the Achievement of Human Potential, Janet Doman. Trata-se de uma organização estadunidense sem fins lucrativos pioneira no trabalho com pessoas que têm lesão cerebral. A entidade também desenvolveu uma metodologia de estímulo para crianças saudáveis atingirem a excelência nos estudos e na vida.

— Nosso trabalho é sobre tratar o cérebro, não tratar os sintomas. Não medicar, mas estimular as crianças. O trabalho com as crianças que têm deficiência nos forçou a olhar também para as crianças que não têm deficiência e pesquisar como funciona o seu

desenvolvimento cerebral — explicou Janet.

Em Brasília, há uma escola que usa a metodologia do IAHP, que, segundo Davi, pode inspirar o Brasil.

— É uma grande oportunidade de trocarmos experiências, trazer o conhecimento sobre a metodologia para a discussão no Senado e para o país.

Também participaram da reunião os senadores Dário Berger (MDB-SC), Flávio Arns (Rede-PR), Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), líder do governo na Casa, Fabiano Contarato (Rede-ES), Wellington Fagundes (PL-MT) e Eduardo Braga (MDB-AM), além da mulher do presidente do Senado, Liana Andrade.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Davi Alcolumbre  
**Primeiro-vice-presidente:** Antonio Anastasia  
**Segundo-vice-presidente:** Lasier Martins  
**Primeiro-secretário:** Sérgio Petecão  
**Segundo-secretário:** Eduardo Gomes  
**Terceiro-secretário:** Flávio Bolsonaro  
**Quarto-secretário:** Luis Carlos Heinze  
**Suplentes de secretário:**  
 Marcos do Val, Weverton,  
 Jaques Wagner e Leila Barros

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Érica Ceolin  
**Coordenadora-geral:** Luciana Rodrigues  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Flávio Faria  
**Coordenador-geral:** Silvio Burtle  
**Coordenação de Cobertura:** Paola Lima  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Sá  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio

## Jornal do Senado

**Editora-chefe:** Fernanda Vidigal

**Edição e revisão:** Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer e Thâmara Brasil

**Diagramação:** Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

# Divergência marca debate sobre regras do pré-sal

Audiência na Comissão de Infraestrutura discutiu projeto que acaba com a preferência da Petrobras nos leilões. Governo quer alteração, mas alguns senadores e petroleiros defendem prioridade para a estatal

**PARTICIPANTES DE AUDIÊNCIA** ontem na Comissão de Infraestrutura (CI) divergiram sobre o projeto que estabelece o fim do direito de preferência da Petrobras nos leilões do pré-sal. Os representantes do Ministério de Minas e Energia e da Petrobras se manifestaram favoráveis a que o regime de concessão seja usado quando for mais vantajoso para o país, mas os representantes dos petroleiros e alguns senadores avaliaram que não se deve abrir mão da preferência da empresa, expressa no regime de partilha da produção.

Nesse regime, o Estado é dono do petróleo, enquanto que, na concessão, a vencedora da licitação pode vender o produto que extrair. Pela partilha, em vigor, a Petrobras tem o direito de preferência nos leilões do pré-sal. Em ambas as formas de exploração o país tem direito a arrecadar alíquotas, bônus e outras formas de remuneração. O PL 3.178/2019, do senador José Serra (PSDB-SP), propõe acabar com o direito de preferência da Petrobras e permitir a licitação para concessão de blocos na área do pré-sal em situações que sejam mais



Entre Borges, da Petrobras, e Souto, do governo, Contarato dirige debate

vantajosas para o país.

De acordo com o representante do ministério, João Souto, se for aprovado, o projeto vai possibilitar maior competitividade e a exploração de reservas acima do pré-sal, que não se mostram economicamente viáveis para as empresas no regime de partilha.

## Leilões

Souto avaliou que o direito de preferência da Petrobras atrapalhou alguns leilões, pois, ao não exercê-lo, a estatal acabou enfraquecendo o interesse de empresas que poderiam fazer ofertas.

O representante da Federação Única dos Petroleiros (FUP), William Nozaki, disse que o “aparente fracasso” dos últimos leilões motivou o go-

verno a querer mudar o regime de exploração do petróleo. No entanto, disse ele, o diagnóstico não estaria correto. Segundo Nozaki, o problema foi causado porque o governo não observou a estratégia de investimento das empresas e usou os recursos dos leilões para ajuste fiscal.

Os senadores Eduardo Braga (MDB-AM) e Zenaide Maia (Pros-RN) também criticaram a ideia de acabar com a preferência da Petrobras. Para Braga é um erro querer acabar com esse direito da empresa e é preciso bom senso para calibrar ambos os modelos.

— A PPSA [Pré-Sal Petróleo S.A. — estatal que negocia o petróleo no regime de partilha] precisa ser calibrada. Nós precisamos calibrar ambos os modelos — afirmou Braga.

biente, se destacam o uso de fontes alternativas de energia, como a solar e a eólica; o uso de tecnologia para a purificação de águas residuais, como processos oxidativos no tratamento de esgotos, capaz de promover a degradação de vários poluentes; e a utilização de biocombustíveis, que são produzidos a partir de matéria orgânica.

Outros exemplos que favorecem a preservação ambiental utilizando a tecnologia são os carregadores e despertadores movidos a energia solar, lâmpadas mais econômicas, carros elétricos e computadores biodegradáveis.

Foram convidados representantes do Ministério da Ciência e Tecnologia e da Universidade de Brasília.

## Colegiado discute tecnologias pró-meio ambiente

A Comissão Senado do Futuro (CSF) promove hoje às 15h audiência pública para debater a tecnologia aplicada à preservação ambiental. A reunião foi requerida pelo presidente do colegiado, Mecias de Jesus (Republicanos-RR).

Entre as diversas inovações tecnológicas que proporcionam (ou vão proporcionar) benefícios para o meio am-

## Para Plínio, mais importante que desmatamento é o povo

Plínio Valério (PSDB-AM) lamentou que os dados de relatório do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) que revelam a baixa qualidade de vida na Amazônia Legal sensibilizem menos a opinião pública que o aumento do desmatamento na apontado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

Segundo ele, bastou o relatório do Inpe ser divulgado para os números ganharem espaço na imprensa. Já o estudo do Unicef não teve o mesmo impacto, apesar de mostrar que a Amazônia Legal é o pior lugar do Brasil para uma criança crescer, disse.

— Não adianta manter a floresta em pé se não se tem políticas sociais para o ser humano.

## Humberto Costa condena taxa de desempregados

Humberto Costa (PT-PE) condenou a MP 905/2019, que muda a legislação trabalhista. Para o senador, a MP e as três PECs do Plano Mais Brasil (PECs 186, 187 e 188, de 2019) ferem de morte direitos básicos dos trabalhadores.

— Não há outro [ministro da Economia] no mundo que tenha feito o que ele [Paulo Guedes] pretende fazer no nosso país. E ele vai fazer o Brasil passar para a história como o único país do mundo a taxar as grandes pobres — afirmou o senador, criticando a cobrança de contribuição sobre o seguro-desemprego.



Jefferson Rudy/Agência Senado

## Telmário Mota defende Mercosul fortalecido

Telmário Mota (Pros-RR) defendeu em Plenário a integração do Brasil com os demais países da América Latina e o fortalecimento do Mercosul como forma de defender o país das “tempestades da economia mundial”. Na opinião do senador, independentemente do posicionamento do presidente da República, Jair Bolsonaro, a integração do Brasil com a América Latina não é uma escolha, mas uma condição estabelecida pela geopolítica e pela Constituição que, na sua avaliação, objetiva a formação de uma comunidade latino-americana de nações.



Jefferson Rudy/Agência Senado

## Lucas pede revogação do decreto que criou a Renca

Lucas Barreto (PSD-AP) pediu ontem que o presidente da República, Jair Bolsonaro, revogue o decreto que em 1984 criou a Reserva Nacional do Cobre e Associados (Renca), uma área de cerca de 4,6 milhões de hectares, situada entre o Pará e o Amapá. O senador afirmou que o setor mineral e o agronegócio pedem há décadas a revogação da Renca. A providência permitirá a abertura à “mineração sustentável” de cerca de 44 % da área. — Falta um debate que permita a todos conhecer o potencial das riquezas minerais dessa reserva e seus limites.



Jefferson Rudy/Agência Senado

## Senadores visitarão Espírito Santo para acompanhar óleo

A comissão temporária externa que acompanha as ações de enfrentamento às manchas de petróleo no litoral brasileiro vai ao Espírito Santo amanhã para avaliar a extensão dos danos ambientais, econômicos e sociais da chegada do óleo no litoral capixaba. A diligência foi sugerida pelo senador Fabiano Contarato (Rede-ES), que preside o colegiado.

Desde agosto, mais de 400 localidades, principalmente na Região Nordeste, foram atingidas pelas manchas, e 5 mil toneladas de resíduos foram retiradas, grande parte graças ao trabalho voluntário. As manchas chegaram ao Espírito Santo no início do mês. Para Contarato, o governo federal tem promovido um desmonte na área ambiental e pouco tem agido para enfrentar o problema das manchas.

— Já foram 11 praias atingidas no estado do Espírito

Santo. É lamentável que o governo federal continue com esse comportamento — criticou.

A comissão também aprovou requerimento do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) para a realização de uma visita ao Amapá com o objetivo de discutir medidas preventivas contra uma possível chegada do óleo à foz do Rio Amazonas e ao litoral amapaense. Outro requerimento pede que sejam acrescentadas ao plano de trabalho da comissão questões como explicações sobre a origem e responsáveis pelo derrame do óleo.

O colegiado aprovou ainda o plano de trabalho do relator, senador Jean Paul Prates (PT-RN). A comissão deve elaborar, com governos locais e o governo federal, soluções para a situação e para evitar desastres futuros a partir de visitas aos locais atingidos.



Plano de trabalho do colegiado pretende evitar novos desastres

Diego Nigro/SEI

## Comissão da MP sobre doação de terras da União será instalada

A comissão mista da medida provisória que facilita a doação de terras da União a Roraima e Amapá será instalada hoje. A doação já estava prevista pelas Leis 10.304, de 2001, e 11.949, de 2009, mas não ocorreu de fato por causa de exigências para comprovação da posse de terrenos.

A MP 901/2019 simplifica

as exigências para a comprovação de propriedade e resguarda os direitos adquiridos dos beneficiários de títulos expedidos pela União, sem registros cartoriais.

O Executivo decidiu adotar medidas para a regularização fundiária motivado pelos recentes episódios de incêndios na área da Amazônia Legal.

Com Agência Câmara

# CPI das Fake News debate mudança nas leis

Comissão parlamentar de inquérito que investiga o uso de perfis falsos para influenciar os resultados das eleições de 2018 ouviu ontem especialistas sobre a questão

ESPECIALISTAS EM REDES sociais e segurança digital defenderam ontem a atualização da legislação para adequar as regras eleitorais às campanhas políticas no ambiente virtual. Eles participaram de audiência pública da CPI Mista das Fake News, que investiga o uso de perfis falsos para influenciar os resultados das eleições de 2018.

O diretor do InternetLab, Francisco Brito Cruz, explica que houve uma mudança na “dieta de mídia do brasileiro”, que nos últimos anos passou a recorrer a outras fontes de informação, além da televisão e dos jornais. Entre essas novas fontes, estão as redes sociais, como Facebook e WhatsApp.

— Há uma reformulação no papel da audiência, que passa também a distribuir conteúdo. Cada um de nós é potencialmente um comunicador de massa. A internet é uma rede aberta, e, com baixíssimos recursos, qualquer um pode se conectar e postar qualquer coisa. Isso teve impacto nas campanhas políticas.

A principal mudança é que os profissionais de marketing político, que costumavam construir “uma narrativa grandiloquente” dirigida a todos ao mesmo tempo, não podem fazer mais isso, o que exige a atualização da legislação.

— A regulação baseada na ideia de propaganda eleitoral, como se a propaganda fosse autoevidente, funcionava para a TV. Quando a gente fala em internet, ela não é mais autoevidente. Fica difícil distinguir o que é manifestação espontânea do eleitor e o que é propaganda eleitoral. Não temos parâmetros jurídicos



Emerson Wendt, Lídice da Mata e Angelo Coronel acompanham apresentação de Francisco Brito Cruz na CPMI

para isso. Muitas vezes, a regulação que surge é unicamente baseada na remoção de conteúdo, como se esse fosse o único remédio.

O diretor do InternetLab defende mais atenção aos influenciadores digitais, que precisariam ter “alguma orientação” do Tribunal Superior Eleitoral sobre o que podem ou não fazer durante a campanha eleitoral.

## Transparência

Francisco Brito Cruz defende ainda mais transparência das empresas de internet.

— Quem contrata o impulsionamento de conteúdo? Quais termos está contratando? Quanto dinheiro foi colocado? Qual público foi selecionado para aquele anúncio ser direcionado? Se a regra do jogo mudou, a gente tem que ter ousadia para pensar para frente. Senão, a gente vai continuar enxugando gelo em termos de pedidos de remoção de conteúdo.

O Senado e a Câmara analisam 27 projetos que buscam

regular a prática de fake news. As duas casas debatem ainda outros dez textos sobre bullying e seis sobre perseguição virtual (*stalking*) — outros temas investigados pela CPI.

O levantamento é do especialista em crimes cibernéticos e delegado da Polícia Civil do Rio Grande do Sul Emerson Wendt. Ele lamenta que a maior parte das propostas contemple apenas a criminalização de condutas nas redes sociais.

— Pouquíssimos, quase

nenhum projeto trata de uma eventual política de orientação, de prevenção em relação a isso. Nenhum dos projetos sobre bullying, por exemplo, contempla uma política pública que seja vista nos colégios. A maioria dos estabelecimentos de ensino não sabe lidar com essa questão. Há necessidade de uma política nacional.

## Conteúdo irregular

Para o delegado, a legislação sobre fake news e bullying deve prever medidas adminis-

trativas para a rápida remoção de conteúdo irregular.

— Nenhum dos projetos aborda a imediata remoção de conteúdo, sem necessariamente depender de uma ordem judicial. Não sei como acontece nos outros estados, mas, dependendo do contexto, uma ordem judicial no Rio Grande do Sul demora 30, 45, 60 dias para ser emitida. É tempo suficiente para aquela notícia ser propagada no ambiente digital e de não ter mais retorno.

## Criptografia

Um dos senadores que pediram a audiência, Alessandro Vieira (Cidadania-SE) disse que as ferramentas de criptografia adotadas em aplicativos de bate-papo dificultam a investigação de crimes. Ele defende mudança na legislação para que as plataformas digitais sejam obrigadas a fornecer à Justiça as “chaves” que permitam a decodificação das mensagens.

— Você não tem como tolerar uma comunicação privada indecifrável, mesmo com ordem judicial.

## Joice Hasselmann pede que depoimento seja adiado

A CPMI das Fake News ouviria hoje a deputada federal Joice Hasselmann (PSL-SP) sobre declarações feitas por ela em redes sociais a respeito de milícias digitais.

Autor do pedido de audiência, Rogério Carvalho (PT-SE) entende que Joice pode ajudar nas investigações por ter dito conhecer a origem de mensagens que

vem recebendo. “Não tenho medo da milícia, nem de robôs”, publicou Joice em 18 de outubro, em resposta ao deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP). Rogério afirmou que Joice também afirmou: “Não se esqueçam que eu sei quem vocês são e o que fizeram no verão passado”.

Segundo o senador, a deputada foi convidada para

esclarecer sua publicação no Twitter na qual afirmou: “Todo mundo sabe das milícias virtuais de Bolsonaro. Eles têm uma milícia virtual e todo mundo sabe disso. São pessoas interligadas em todo Brasil, algumas recebendo para isso e outras não”.

No entanto, a deputada solicitou ontem um adiamento do seu depoimento.

## Comissão vota desconto em energia para irrigação

Em reunião hoje a Comissão de Agricultura (CRA) deverá analisar a concessão de descontos especiais nas tarifas de energia elétrica usada para irrigação, aquicultura e exploração de poços semiartesianos, inclusive para cooperativas de eletrificação (PL 5.017/2019).

O projeto determina que os descontos serão concedidos

a atividades desenvolvidas em qualquer hora do dia, até 8 horas e 30 minutos diários de duração, contínua ou não. Atualmente, os descontos especiais são dados no período entre as 21h30 e as 6h do dia seguinte.

Do deputado Beto Rosado (PP-RN), o projeto é relatado por Acir Gurgacz (PDT-RO),

favorável à aprovação do texto, que ainda será analisado na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), em decisão terminativa.

A comissão deverá analisar ainda o PL 4.810/2019, que estabelece a isenção de taxas e registros cartoriais em programas de regularização fundiária.

## Projetos sobre uso da água podem ser analisados

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) tem reunião hoje às 14h30, voltada a projetos sobre a preservação e o uso racional da água. É o caso da criação da Política Nacional de Racionalização e Combate ao Desperdício da Água (PLC 70/2018). O projeto prioriza a destinação de recursos da

União, por meio de convênios, às cidades que aderirem ao programa e ao Plano Nacional de Recursos Hídricos (Lei 9.433, de 1997). Para o relator, Otto Alencar (PSD-BA), a proposta é “salutar inovação”.

Também está na pauta da CMA o projeto que suspende a habilitação do comandante

de embarcação que jogar lixo nas águas (PL 1.405/2019). De Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB), o texto é relatado por Otto Alencar (PSD-BA), favorável ao projeto.

A pauta ainda traz regras para preservar a calha principal e o curso natural do Rio Araguaia (PLS 248/2014).

## Kajuru: sociedade ainda é racista e escravizadora

Jorge Kajuru (Cidadania-GO) usou a tribuna do Plenário ontem para reverenciar o Dia Nacional da Consciência Negra, celebrado em 20 de novembro. O senador lamentou que na data ainda se discuta formas para pôr fim a uma sociedade racista, preconceituosa e escravizadora mesmo após 131 anos da assinatura da Lei Áurea.

— Joaquim Nabuco já dizia que não bastava acabar com a escravidão, também era necessário acabar com o seu legado, e isso jamais foi feito no Brasil — afirmou o senador.



Jefferson Rudy/Agência Senado

## Jayme Campos critica proposta de pacto federativo

Jayme Campos (DEM-MT) criticou a PEC do Pacote Federativo (PEC 188/2019), que prevê a extinção de municípios com população de até 5 mil habitantes que não comprovem até junho de 2023 sua sustentabilidade financeira. Ele pediu cautela aos senadores na análise da PEC.

— Uma proposta dessa envergadura, que modifica tão radicalmente o desenho federativo brasileiro, não pode ser tratada de forma simplista. Trata-se de matéria que exige debates, mas debates profundos.



Jefferson Rudy/Agência Senado